

Artigo

LIBRAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ALUNO SURDO

LIBRAS AS A PEDAGOGICAL TOOL IN THE EDUCATIONAL PROCESS OF THE DEAF STUDENT

LIBRAS COMO HERRAMIENTA PEDAGÓGICA EN EL PROCESO EDUCATIVO DEL ESTUDIANTE SORDO

Eliane dos Santos Miranda 

Lorena de Oliveira Moreira Cerqueira 

Márcia Aparecida Rodrigues e Silva 

Resumo

O presente artigo científico centra-se na Língua de Sinais como primeira língua no processo pedagógico do aluno surdo. Considerando que ela é língua natural dos surdos, e deve ser a primeira língua utilizada por eles no contexto da comunicação, no convívio escolar e social com pessoas ouvintes. Traz como objetivo analisar e compreender o processo de ensino e aprendizagem do surdo dentro da Educação Bilíngue, porém se faz necessário um repensar nas práticas docentes de ensino e aprendizagem para o surdo, as quais são defasadas por faltas de formações continuadas para o exercício docente em uma perspectiva bilíngue. Para a realização deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, revelando que a Língua de Sinais é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento linguístico e pedagógico do aluno surdo.

Abstract

This scientific article focuses on Sign Language as the first language in the educational process of the deaf student. Considering that it is the natural language of the deaf, and must be the first language used by them in the context of communication, in school and social life with hearing people. It aims to analyze and understand the teaching and learning process of the deaf within Bilingual Education, but it is necessary to rethink the teaching and learning practices for the deaf, which are outdated by the lack of continued training for teaching in a bilingual perspective. For the accomplishment of this work the method of bibliographic research was used, revealing that the Sign Language is an indispensable tool for the linguistic and pedagogical development of the deaf student.

Resumen

Este artículo científico se centra en el lenguaje de señas como el primer idioma en el proceso educativo del estudiante sordo. Teniendo en cuenta que es el lenguaje natural de los sordos, y debe ser el primer idioma utilizado por ellos en el contexto de la comunicación, en la vida escolar y social con personas oyentes. Su objetivo es analizar y comprender el proceso de enseñanza y aprendizaje de los sordos dentro de la Educación Bilingüe, pero es necesario repensar las prácticas de enseñanza y aprendizaje para los sordos, que están desactualizadas por la falta de capacitación continua para enseñar en Una perspectiva bilingüe. Para la realización de este trabajo se utilizó el método de investigación bibliográfica, revelando que el lenguaje de señas

es una herramienta indispensable para el desarrollo lingüístico y pedagógico del alumno sordo.

Palavras-chave: Aluno surdo; Educação Bilíngue; Libras; Processo Pedagógico.

Keywords: Deaf student; Bilingual Education; Libras; Pedagogical Process.

Palabras claves: Estudiante sordo; Educación bilingüe; Libras; Proceso pedagógico.

INTRODUÇÃO

O que motiva essa pesquisa é a experiência de uma da dupla onde revela-se uma história marcada por militância e paixão pela Inclusão Social dos Surdos enquanto Povo com Identidade, Cultura e Língua própria. Rememorar suas origens revela de forma concreta e historicamente, razões que a levaram para pesquisar esse tema tão relevante em uma luta de minorizados não por quantidade, mas por força. Nascida em 16 de setembro de 1987, em Itabuna-Bahia, de uma família tradicional na cidade cacauieira, porém, com poucos recursos financeiros, reflexos da crise marcante da vassoura de bruxa nas fazendas de sua região. Seus pais se separam, quando Lorena de Oliveira Moreira Cerqueira tinha apenas 2 anos de idade, e coube a sua mãe, a responsabilidade de sustentar a mesma e seu irmão, mais velho na época, com 4 anos de idade. Assim, os rigores da vida impuseram à sua mãe uma tenaz e rigorosa forma de educar e administrar sua família – ensinamentos que lhe valeram muito.

Crescida em um cenário de determinação e perseverança, a cada ano que Lorena estudava percebia como sua mãe contribuía para o seu aprofundamento intelectual, utilizando-se dos seus ensinamentos incansáveis, como regra diária, para complementar os conteúdos já ministrados em sala de aula. Quando concluiu o Ensino Fundamental II, Lorena conheceu uma comunidade surda, localizada próxima à sua residência. Observava que existia uma Língua e um modo de vida distinto da sua realidade. Começara a acompanhar a rotina diária daquele grupo, frequentando a escola principal de estudos deles, o Colégio Estadual Sesquicentenário – CISO, conhecendo desta maneira uma Cultura nova, a Cultura Surda. O encantamento pela Língua de Sinais, utilizada na comunicação dos Surdos, era nítido em sua jornada. À época, seu irmão Bruno de Oliveira Moreira fazia parte de uma Maçonaria, a qual recebeu a visita de uma Comunidade Cristã de Surdos, onde divulgou um curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Seu irmão a presenteou com o seu primeiro Curso de Libras, realizado na Primeira Igreja Batista de Itabuna, pelo Ministério de Surdos Esfandary, trazendo-lhe relevantes contribuições para sua militância.

Com determinação em ser inserida nesta Comunidade, Lorena foi estudar o Ensino Médio no Colégio CISO, visando conciliar o uso e a aquisição da Língua de Sinais com seus estudos. Logo quando iniciou os estudos no CISO, participou do Projeto “Amigo da Escola” e exerceu a função de alfabetizadora de crianças surdas. Participava do projeto no turno matutino, e no vespertino cursava o Ensino Médio. O seu tempo era todo preenchido com estudos, e interação com a pessoa surda. Em pouco tempo, já estava montando projetos com ações sociais para o crescimento e fortalecimento da Cultura e Identidade Surda. Vale ressaltar, um projeto desenvolvido pela mesma, e por sua Professora de natação, Mírian Alvim, o “Projeto Natação

para Surdos” onde ministravam aulas de natação para alunos surdos, com estratégias adaptadas para esse público, usando a Língua de Sinais como ferramenta de acesso e alcance do conhecimento.

Ao longo dos projetos procurou focar metas de inclusão social e cultural. Foi convidada à luz desse trabalho, a fundar um Ministério de Surdos, o qual recebeu o nome “*Ágape*”. Surge então, o Grupo de Dança e Teatro com crianças Surdas; “*Crianças Ágapes*”, onde eram convidados para apresentações em diversos ambientes: religiosos, educacionais e sociais em sua cidade; e nas cidades vizinhas do nosso município. No ano de 2006 o Ministério da Educação promove o primeiro PROLIBRAS (Exame Nacional de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais), e Lorena foi aprovada no primeiro PROLIBRAS do Brasil.

Atualmente Lorena é Vice Presidente da Associação de Surdos de Itabuna-Ba; uma Profissional Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC/ Ilhéus-BA, com aprovação em exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação (PROLIBRAS/ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC/MEC), Especialista em Libras pela Faculdade Madre Thaís-FMT/ Ilhéus e em Letras Libras pela Universidade Estadual da Bahia, UNEB, Campus de Teixeira de Freitas-BA. Docente da Disciplina Libras nos Cursos de Medicina da Faculdade Santo Agostinho Afya – Polo Acadêmico de Itabuna – Ba; Perita Tradutora e Intérprete de Libras da Primeira Vara Criminalista de Itabuna e ministra Cursos de Libras para docentes e discentes em Cursos de graduação e Pós graduação nos municípios de Itabuna e Ilhéus (Bahia).

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

É desafiador o redirecionamento de um novo olhar da escola ao que se refere a questão inclusiva. Muitas discussões têm sido levantadas decorrentes da atual política nacional de educação que preconiza a Educação Inclusiva, ou seja, aquela que deve ser organizada para atender a todos. Mas, para o sucesso nos resultados educacionais no que se refere à criança surda, sua condição tanto linguística quanto cultural, devem ser necessariamente contempladas. No entanto, não é isso que ocorre com frequência nas escolas. A maioria das crianças surdas não tem tido seu direito à educação respeitado; pois, devido à sua dificuldade em dominar a língua oral-auditiva, ficam a margem do processo de ensino-aprendizagem; e, como consequência, após anos de escolarização, não dominam os conhecimentos por meio dos conteúdos ministrados em sala de aula e que são necessários ao seu desenvolvimento e à sua adequada inclusão social.

Sabemos que historicamente, a Educação de Surdos foi moldada por diferentes paradigmas que representou e ainda representa nos dias de hoje crenças e concepções sobre a pessoa surda e a surdez. No Brasil são poucas as escolas que elaboram um currículo que contemple as especificidades da Educação de Surdos, reconhecendo a diferença linguística e cultural da pessoa Surda; inserindo o ensino bilíngue onde a Língua Brasileira de Sinais – Libras é respeitada como primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua (L2). Para Strobel (2006), a história do surdo, a pedagogia e as políticas são voltadas as perspectivas do ouvinte. Por isso,

acreditamos que o Biliguismo respeita a língua de sinais como instrumento linguístico legítimo das comunidades surdas; trazendo contribuições relevantes no sócio-interacionismo com respeito a Pedagogia Surda e as particularidades/especificidades linguísticas do Sujeito Surdo.

Essa pesquisa direciona-se por duas reflexões: uma gerada pelos Estudos direcionados à educação para alunos surdos baseada no antigo modelo educacional: o Oralismo e a Comunicação Total e a outra sobre o atual cenário educacional para alunos surdos e com deficiência auditiva; a Educação Bilíngue. Nos primórdios, a Educação dos Surdos, aliada aos modelos médico biológico; modelos corretivos, onde a metodologia de ensino é descontextualizada através de exercícios e treinos.

No âmbito da escolaridade obrigatória, o sistema educacional estabelece uma série de objetivos de experiências e aprendizados a serem garantidos para todos os alunos, sem exceção, na medida do possível em que são considerados essenciais para seu desenvolvimento e socialização adequados na sociedade, contudo, a presença no sistema escolar de alunos com limitações auditivas, significa que devem haver mais professores habilitados em Libras para atender as diferenças individuais e formas de aprendizado, que se traduzem em diferentes ritmos de aprendizagem, diferentes predisposições para aprender, interesses desiguais e necessidade de apoio familiar. Nesse sentido o papel do professor e da comunidade pedagógica se expandem e necessitam de um suporte por parte das escolas e das secretarias de educação, melhorando a formação continuada dos docentes envolvidos em educação especial. (SAKS, 1989).

A Educação de Surdos está pautada na Pedagogia Surda, fundamentada em modelos educativos; através de processos interativos, com atividades significativas, com a mediação do outro, centradas nas funções psicológicas superiores: pensamento, memória e linguagem. Nesta perspectiva a Educação de Surdos está baseada no modelo sócio antropológico ou sócio histórico.

Objetiva refletir acerca da importância da língua de sinais em um contexto escolar, onde o professor (a) ministra aulas para alunos com deficiência auditiva; analisar sobre os processos de ensino e aprendizagens do aluno surdo em um contexto de educação bilíngue; relatar através de um recorte histórico sobre os entraves e avanços na educação do surdo, bem como apontar a necessidade de formação continuada para o profissional da educação para que possa exercer com excelência sua profissão e assim, construir conhecimentos em sala de aula com todos os envolvidos nesse processo, promovendo dessa maneira, a inclusão do aluno surdo.

EDUCAÇÃO E LÍNGUA DE SINAIS

Para definir a linguagem de sinais, é importante esclarecer dois termos: linguagem e sinais. Em teoria linguística, a linguagem designa um sistema específico de sinais usado por uma comunidade em Creta para resolver suas situações comunicativas. A palavra sinal deriva de "signa" e teve transformações fonéticas na língua falada, para as quais deve sua forma atual. A linguagem de sinais pode ser entendida como uma série de códigos linguísticos estruturados de acordo com os mesmos princípios descritos para a

linguagem humana, mas, diferentemente das linguagens orais, elas substituem o canal auditivo-auditivo pelo visual-espacial para transmitir e receber seus sinais. (LYONS, 2009).

A linguagem de sinais são sistemas de comunicação de grupos populacionais humanos surdos no mundo inteiro; eles são compostos de códigos desenvolvidos visualmente e gestualmente. Na expressão ou comunicação através da linguagem de sinais, eles participam basicamente com as mãos, o rosto e a parte superior do corpo humano, como consequência natural da incapacidade das pessoas surdas de usarem o ouvido e voz como canais de comunicação.

A língua de sinais são línguas naturais, pois se desenvolvem ao longo do tempo entre uma comunidade de usuários. São adquiridas seguindo o processo natural de aquisição quando a criança é exposta a elas e tem a organização gramatical estabelecida pela linguística para qualquer idioma, como articulação dupla e arbitrariedade do sinal.

No caso da comunidade surda, concebida como minoria linguística pelo uso da língua de sinais, entre a maioria dos usuários ouvintes: a língua oral e português escrito precisam viver em um contexto bilíngue, em que sua competência comunicativa em língua de sinais é de grande importância para seus processos educacionais, sociais, culturais, mas também a competência comunicativa em um segundo idioma, neste caso o português escrito, permite que eles se juntem mais facilmente a outras mídias comunicação, ampliando suas possibilidades educacionais e de trabalho.

Para os surdos, o desenvolvimento de habilidades de comunicação em primeira língua, torna-se muito difícil porque as crianças nascem e crescem em ambientes em que ninguém se comunica com eles na língua de sinais e, pelo contrário, são impostas uma linguagem oral que pouco entendem e que, para a maioria representa uma grande dificuldade, uma vez que as crianças surdas de pais que ouvem, começam a adquirir a linguagem de sinais quando estabelecem interações com outras pessoas surdas, que geralmente se originam na escola, atrasando assim seus processos pessoais, de identificação, educacionais e sociais. Além disso, a escola começa com o ensino de um segundo idioma, a linguagem escrita, quando a criança ainda não identificou e adquiriu competência real no primeiro, o que dificulta não apenas o aprendizado, mas o uso da linguagem escrita em diferentes contextos.

A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), um documento político que defende os princípios de uma educação inclusiva, propõe que todos os alunos tenham o direito de se desenvolver de acordo com suas potencialidades e desenvolver as habilidades que lhes permitam participar da sociedade.

Para alcançar esse fim, o sistema escolar tem a responsabilidade de oferecer uma educação de qualidade a todos alunos e a realização do direito à educação exige garantir que todas as crianças e jovens tenham, em primeiro lugar, acesso à educação, mas a uma de qualidade com iguais oportunidades. São precisamente esses três elementos que definem inclusão educacional. (STROBEL, 2009).

Segundo esses autores, avançar para inclusão significa, portanto, reduzir barreiras de diferentes tipos que impedem ou obstruem o acesso, participação e aprendizado de qualidade, com atenção especial aos alunos

mais vulneráveis ou desfavorecidos, pois são os mais expostos a situações de exclusão e os que mais precisam de uma boa educação.

Nos últimos anos, pesquisas realizadas em linguística, psicolinguística, sociologia e psicopedagogia trouxeram uma mudança profunda na percepção da educação de surdos, concepção, que nos leva de uma perspectiva clínico-terapêutica da surdez, baseada nos déficits, para uma concepção sociológica, baseada em capacidades; com a conseqüente introdução de novas abordagens pedagógicas, que envolvem, entre outras coisas, a incorporação da linguagem de sinais a educação da criança surda e a do adulto surdo em um novo papel no ambiente escolar.

A História da Educação dos Surdos trouxe grande impacto nas vidas e na educação dos povos surdos. Segundo Strobel (2006), na antiguidade as pessoas que não escutavam eram consideradas anormais e com atrasos intelectuais. Ainda não existiam pesquisas científicas na área educacional, para a sociedade a normalidade se dava através da fala e da audição.

Sá discorre sobre a narrativa da normalização do Surdo seguindo o modelo do Ouvintismo: “Em síntese, a história dos surdos, contada pelos não-surdos, é mais ou menos assim: primeiramente os surdos foram ‘descobertos’ pelos ouvintes, depois eles foram isolados da sociedade para serem ‘educados’ e afinal conseguirem ser como os ouvintes; quando não mais se pôde isolá-los, porque eles começaram a formar grupos que se fortaleciam, tentou-se dispersá-los, para que não criassem guetos. (2004, p.3).

Historicamente, o que aconteceu as comunidades surdas, não foi diferente a de outros grupos minoritários¹, cujas histórias foram construídas e contadas através da perspectiva do dominador, com o intuito de legalizar seus métodos e mostrar sua superioridade. “[...] o sujeito subalterno não tem história e não pode falar [...]” (Spivak, 2010) tendo o seu lugar na obscuridade. Como reflexo, tais grupos ainda são vistos de forma estereotipada, tendo que provar seu valor na sociedade.

Em Milão, na Itália em 1880, realiza-se o Congresso Internacional de Surdo Mudez, onde o Método Oral ficou definido como o mais adequado na educação do surdo. Nesse Congresso, defendiam que somente através da fala o indivíduo surdo poderia se desenvolver plenamente e se integrar de forma perfeita na sociedade. Estabeleceu a proibição da utilização da língua de sinais por seus usuários e impondo-lhes a obrigatoriedade da oralização.

Acreditavam que dessa forma, o surdo seria capaz de se comunicar através da oralidade sobre uma disciplina rígida que lhe era imposta.

A disciplina fabrica, assim, corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma

¹ Grupo minoritário formado por pessoas que se encontram em situação de desvantagem ou dependência nas relações sociais (negros, mulheres, portadores de necessidades especiais, etc.) recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte do grupo majoritário.

“aptidão”, uma “capacidade”, que ela procura aumentar, e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dele uma relação de sujeição estrita. (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Em 1897 o Ensino da Língua Oral foi uma prática legitimada com a Filosofia Oralista no Brasil. João Brasil Silvado (1903 – 1907) exercia essa corrente Oralista no INES, primeiro Instituto Nacional de Educação para Surdos no Brasil, era comum o uso de aparelhagem amplificadora do som nas suas aulas diárias. Para Lacerda (1998), as atuais práticas pedagógicas utilizadas com alunos surdos se submetem às esses modelos criados por paradigmas conceituais de aquisição de conhecimento no processo de aprendizado do aluno surdo; contribuindo para atraso linguístico, social e cultural das pessoas surdas. Legitimando dessa forma, a educação do surdo na visão do ouvintismo.

Na década de 60, o surgimento de novos olhares para a Educação de Surdos impulsionou pesquisas referentes a língua de Sinais. Stokoe desenvolveu nesse período pesquisas sobre as especificadas da Língua de Sinais Americana – (ASL) contribuindo para o conhecimento do status linguístico das línguas de sinais. As suas pesquisas evidenciaram a existência das culturas surdas, geradas nas comunidades surdas.

No Brasil, na década de 80, pesquisadores, professores, sociólogos, psicólogos e linguistas exigem outras condições de ensino e de vida para a pessoa surda, que ocupava o lugar da deficiência e incapacidade, sendo sujeitadas às práticas ouvintistas. O discurso em favor do reconhecimento da língua de sinais nas escolas, nas comunidades surdas e pelo fim das práticas oralistas nos trabalhos com os sujeitos surdos atingiu os espaços acadêmicos, abrindo espaço para os pesquisadores surdos, a tentativa de traçar novos olhares para o espaço identitário, cultural e linguístico no âmbito educacional.

Em 1996, em Porto Alegre formou-se um grupo de pesquisadores surdos e ouvintes no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS) – Mestrado e Doutorado com Pesquisas na Educação de Surdos. A proposta foi construir um campo de conhecimento que rompe com a visão médica biológica da surdez e retira a Educação de Surdos do território da Educação Especial e localiza no espaço da Educação como um todo. Para esse fim surgiu um grupo de pesquisa específico para investigar a Educação de Surdos – NUPPES (Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais para Surdos). Neste período, outros grupos de pesquisas, no campo de estudos surdos, constituíram-se nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Desenvolvimento da linguagem do aluno com surdez

Para Sapir (apud LYONS, 1929 p. 3) “A linguagem é um método puramente humano e não instintivo de se comunicarem ideias, emoções e desejos por meio de símbolos voluntariamente produzidos. Os idiomas consistem em dezenas de milhares de sinais, que são combinações de forma e significado. A forma nas línguas faladas é uma sequência de sons e nas línguas escritas para exemplo, uma sequência de letras (dependendo de que tipo de sistema de escrita nós somos falando) e nas línguas de sinais dos surdos uma certa combinação de gestos.

Nas últimas décadas, o redirecionamento do olhar sobre a surdez, de uma perspectiva clínica para uma social vem quebrando paradigmas e fortalecendo abordagens sobre correntes de cultura e identidade Surda. Para Goldfeld (2002), cada uma das abordagens apresenta uma visão específica sobre o surdo e a surdez. A crença de que a pessoa surda é uma pessoa doente, com defeito que precisa ser consertada, para que se torne IGUAL a uma pessoa ouvinte, segue o modelo médico biológico; num processo de NORMALIZAÇÃO. "A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa." (SILVA, 2000, p.83).

A educação de alunos surdos girou (e continua girando) em torno do debate sobre qual é o modelo educacional mais adequado, tanto em termos da modalidade comunicativa (debate sobre o uso ou não da linguagem gestual) quanto ao contexto educacional (centro ordinário versus centro especial).

A modalidade de comunicação mais apropriada dependerá, entre outros fatores da concepção educacional, recursos disponíveis, necessidades educacionais específicas de cada aluno. Com base nisso, Pode-se dizer que existem duas tendências distintas: monolíngue e bilíngue. (QUADROS, 2003).

Este é um debate historicamente presente na educação surdos e que, tradicionalmente, é conhecido como controvérsia do "oralismo-manualismo". Embora seja verdade que o pano de fundo do debate educacional esteja presente há dois séculos, é também verdade que os elementos e o contexto atual do debate, entre outros como o desenvolvimento tecnológico e implantes cocleares, podem levar a reflexões mais amplas e conhecimento sobre linguagem de sinais, atitudes sociais majoritárias diferenças, experiência acumulada, etc.

As abordagens monolíngues incluem as posições que consideram ser mais apropriado para ensinar crianças surdas, a língua majoritária do ambiente auditivo (língua falada e escrita), ambas para estabelecer interações com outras pessoas para usar como instrumento de aprendizado e acesso a conteúdo escolar. O ensino da linguagem oral pode ser feito através de diferentes métodos ou estritamente áudio-oraís ou com o uso de acessórios que permitam a visualização de certas estruturas da linguagem oral, sejam elas morfossintáticas - bimodais - ou fonológicas.

Enquanto abordagens bilíngues, afirmam que, no caso de estudantes com sérias perdas de audição, o uso da linguagem de sinais para fins comunicativos e educacionais é essencial, (além de aprender a língua majoritária em sua modalidade oral e / ou escrita). Essas abordagens têm aplicações e desenvolvimentos muito diferentes, dependendo do contexto em que são desenvolvidas, mas há consenso que, trabalhando com essas duas línguas, os alunos surdos receberão uma educação mais inclusiva.

As práticas Educacionais com base no modelo médico biológico seguem as correntes de abordagens do Ouvintismo, onde se trata da representação dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos; e do Oralismo, cuja forma

institucionalizada do ouvintismo que continuam sendo, ainda hoje, pauta de discursos hegemônicos em diferentes partes do mundo.

[...] Ouvintismo trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como fosse ouvinte. “Além disso, é nesse olhar-se e narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais.” (SKLIAR, 1998, p.15).

Em contrapartida a Educação de Surdos está fundamentada no modelo Sócio Antropológico ou Cultural contribuindo para desenvolvimento linguístico e social da pessoa Surda. “(...) [R]espeitar a pessoa surda e sua condição sociolinguística implica considerar seu desenvolvimento pleno como ser bicultural a fim de que possa dar-se em um processo psicolinguístico normal” (Skilar et al., 1995:16). Este modelo surgiu a partir de Estudos Surdos, onde a surdez é vista pelo paradigma sócio cultural; o surdo é compreendido e respeitado como minoria linguística cultural; com língua e cultura própria. Um dos primeiros pesquisadores no campo dos Estudos Surdos (1960), foi o linguista William Stokoe (USA). Através de seu trabalho, evidenciou a existência das culturas surdas oriundas das comunidades surdas. Nesta abordagem a diferença e identidade surda são geradas pela experiência, essencialmente, visual, que constitui a língua de sinais e as culturas surdas.

A experiência educacional acumulada nos últimos anos nos ensina, então, que os contextos educacionais específicos e regulares existentes não oferecem educação de qualidade a um bom número de alunos surdos. A questão não é discutir se é mais indicado que esses alunos frequentem a escola em centros de integração ou em centros especiais, mas sobre quais são as características que deve ter um centro específico, seja ele comum ou específico, para responder adequadamente ao desafio abordagem educacional apresentada por esses alunos, extraindo as vantagens de cada um dos contextos. (CARVALHO, 2007).

Uma educação de qualidade para alunos surdos deve fornecer acesso à aprendizagem escolar em condições iguais para os colegas ouvintes. Isso significa oferecer o currículo comum (com o adaptações necessárias), para permitir que o aluno surdo realmente compreenda e participe da situações de sala de aula (para as quais muitas vezes será necessário usar a linguagem de sinais), propiciar situações que possibilitem a aprendizagem da linguagem oral e escrita de seu ambiente, com os devidos recursos materiais necessários e oferecer situações que favorecem o estabelecimento de relações amistosas com outros parceiros surdos e ouvintes, promovendo um desenvolvimento harmonioso de sua personalidade, ajudando os alunos a crescer em um ambiente bi cultural.

Para Vygotsky (1979), o desenvolvimento consiste num processo de aprendizagem do uso de ferramentas intelectuais, através da interação social com outros mais experimentados no uso dessas ferramentas conforme citam (PALINCSAR; BROWN; CAMPIONE, 1993). Sobre essa afirmação, a interação social do aluno surdo mais efetiva é aquela na qual ocorre a aproximação do Surdo com o Ouvinte, onde são interacionados nas linguagens, nas culturas e

nas identidades; propiciando, assim, o desenvolvimento cognitivo, social e cultural de ambos envolvidos no processo.

A diversidade de alunos surdos e as tendências estatísticas no Brasil sugerem que quase 90% das crianças surdas nascem para famílias ouvintes (MOURA, 2000). Devido ao grande número de crianças surdas que podem ser incluídas nesta categoria, as características únicas e diversas dessa população devem ser abordadas. Filhos surdos de famílias com deficiência auditiva correm maior risco de atraso na identificação de perda auditiva e, portanto, atraso na implementação de estratégias de intervenção para combater os efeitos da perda auditiva.

Para a criança surda em um canal convencional, normalmente haverá no mínimo dois idiomas ou variedades de um idioma usado para comunicação, instrução e avaliação / avaliação. O português falado / escrito é o principal idioma da instrução na maioria dos contextos educacionais no país conjuntamente com a língua de sinais, Libras.

A especificação de qual idioma é classificado como o primeiro idioma é sempre difícil. O idioma de origem da criança pode ou não ser o primeiro idioma. Observa-se que as crianças surdas vêm de famílias culturalmente diversas e do idioma de origem também pode vir outra língua minoritária que a criança está tentando adquirir por via oral.

Assim, para determinar a primeira língua de um aluno, uma análise individual de cada criança em particular deve ser feita. Uma vez identificado o primeiro idioma, os educadores podem incorporar estratégias de aprendizado de idiomas para aplicar uma estratégia de ensino mais eficaz. (MAZZOTTA, 2001).

A literatura que pesquisa o desenvolvimento da linguagem e da alfabetização de crianças bilíngues em programas de língua falada há muito tempo apoia o uso da língua nativa para facilitar a segunda língua aquisição e alfabetização. Estudos recentes analisando a ligação entre proficiência em Libras e aquisição de conhecimentos de português fornece evidências para apoiar o desenvolvimento de currículos e metodologias que enfatizam uma abordagem bilíngue à educação de surdos.

Uma revisão abrangente da literatura mostrou que as crianças surdas precisam ter proficiência em um primeiro idioma no momento em que entram no sistema educacional. Os alunos surdos precisam desenvolver competência comunicativa e alfabetização em sua primeira língua antes de adquirir alfabetização em sua segunda língua. O atraso significativo na linguagem vivido por muitas crianças surdas de famílias ouvintes é prejudicial ao seu sucesso educacional. A facilitação precoce do desenvolvimento da primeira língua deve tornar-se uma prioridade na educação de alunos surdos. Incorporando uma aquisição de idiomas em Libras e estando atentos ao diagnóstico de crianças com diferentes níveis de surdez, os educadores fornecerão o apoio linguístico necessário para estudantes surdos e membros de sua equipe educacional.

A formação de professores é outro dos indicadores fundamentais para a construção de escolas inclusivas. A formação de professores deve ser considerada como um processo de aprendizagem, acompanhando o professor em diferentes momentos de sua carreira profissional e ajudando-o a considerar novos desafios e metas da análise e reflexão pessoal (LOPES, 2004); o que

deve levar a uma estreita colaboração entre a universidade e a escola, onde os resultados de pesquisas são incorporar tais ações na prática docente.

Mais especificamente, na formação de professores de alunos surdos deve-se introduzir discursos que facilitem a compreensão, a comunicação e o relacionamento entre esses profissionais e os surdos, oferecendo não apenas uma visão clínico-terapêutica, mas também uma perspectiva social e cultural sobre como são os alunos surdos. Além disso, também é adequado como parte fundamental desta formação docente, a permanência em espaços da comunidade surda que ofereçam a possibilidade de aprender formalmente a linguagem de sinais.

Para que esse desenvolvimento aconteça em sua totalidade é necessário o quanto antes o diagnóstico precoce da surdez, minimizando as consequências no desenvolvimento emocional, social, cognitivo e escolar do surdo. Para isso, realizar exames otorrinolaringológicos e audiológicos, assim como acompanhamento pedagógico especializado. Além de uma educação especializada, faz-se necessário uma ação de orientação à sua família, além de programas voltados para a conscientização da comunidade escolar que favoreça o seu processo educacional, criando condições para sua integração social efetiva e o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Inclusão de alunos surdos na rede regular de ensino e a Legislação existente

A quebra de paradigmas nos modelos Educacionais do aluno surdo é um desafio real no atual cenário escolar. Para que o Surdo se aproprie de uma Educação Bilíngue é necessário um conjunto de estratégias e equipe profissional bilíngue para a excelência no processo de ensino e aprendizado do aluno surdo. Diante disso, torna-se imprescindível um ambiente adequado, rico em imagens, capaz de favorecer e propiciar as trocas entre os sujeitos, Surdos e Ouvintes.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

No ano de 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de reafirmar o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Com o fortalecimento dos estudos surdos no Brasil, em 2005 a legalização do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva foi consolidado através do Decreto 5.526/2005 que regulamenta a Lei 10.436/2002, conhecida como Lei de Libras, preconizando que:

[...] Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de: I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a

alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos 40 alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. § 1o São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo [...]

Em reflexo ao empoderamento linguístico, cultural, identitário e social do Surdo Brasileiro, a Língua de Sinais Brasileira é reconhecida legalmente no Brasil no dia 24 de abril de 2002 através da Lei 10.436. O reconhecimento da língua de sinais como instrumento linguístico legítimo das comunidades surdas; contribui significativamente para a inserção da Pedagogia Surda no ensino regular e nas filosofias sócio interacionista no processo de ensino e aprendizado do surdo.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 estabelece que os Estados-Partes devem garantir que: i) as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional; e além disso, que ii) as pessoas com deficiência tenham acesso ensino de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme consta no Art. 24.

A importância que a lei tem na ordem social brasileira é importante e serve para garantir um acesso mais humano e igualitário a todos aqueles que sofrem com algum tipo de deficiência, nesse sentido, as conquistas adquiridas em lei, tem o papel de moldar aos poucos o cenário da educação especial no Brasil.

Quando observamos a educação especial e sua trajetória ao longo dos anos, constatamos que a sociedade vem evoluindo no quesito inclusão social, e isto pode ser melhorado como novas políticas educacionais que versem sobre a inclusão.

Ao observar as leis referentes as pessoas com necessidades educacionais especiais, percebe-se que existe um amparo legal para que as mesmas possam frequentar o âmbito escolar; na educação de surdos. Nídia Regina L de Sá, Professora Doutora e mãe de surdo, no seu livro (Escola DE surdos ou escola PARA surdos?) Traz uma indagação importante para as futuras construções de políticas públicas para a Educação de surdos. “Quando dizemos escola “para”, estamos pensando em tecer uma escola para eles e convidá-los... não é o caso: trata-se da escola que os surdos querem, pensada por/com eles, então, da escola deles, escola de surdos...” (CAZUMBÁ, 2008). Essa escola pensada por e para Surdos, apresenta uma proposta de um ensino bilíngue, preconiza o acesso as duas línguas no contexto escolar, considera a língua de sinais como língua natural e primeira língua; respeitando dessa forma, os aspectos sociais e culturais da pessoa Surda.

Devido ao início tardio da exposição ao idioma, é possível que o aprendizado linguístico de uma criança seja prejudicado ou esteja significativamente atrasado. Quando as crianças são privadas de linguagem, as repercussões são profundas e permanentes.

As crianças que nascem surdas não são necessariamente atrasadas na aquisição da linguagem (SOARES, 1999). Os atrasos de linguagem em crianças surdas são devidos a uma série de interrupções no processo de aquisição do idioma. As interrupções podem ser causadas por informações linguísticas inadequadas ou devido a atrasos na exposição linguística.

As escolhas que pais ouvintes de crianças surdas devem fazer com relação à modalidade de linguagem tem efeitos ao longo da vida da criança. Um sistema linguístico incompleto pode ser uma razão pela qual educadores de crianças surdas destacam a importância da expansão do conhecimento da língua de sinais em todos os setores da sociedade.

Estudos no campo da aquisição de idiomas estabeleceram a necessidade de crianças surdas serem expostas a um sistema linguístico completo paralelo aos seus pares ouvintes, assim, a identificação precoce da perda auditiva e planos de intervenção para pais e cuidadores devem ser de natureza abrangente e amplamente implementado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo foram apresentados aspectos históricos e pedagógicos das línguas de sinais, sendo demonstrado que estes existem desde os tempos antigos, embora o seu reconhecimento social, linguístico e jurídico é recente. Sociologicamente aponta-se que a linguagem gestual alcançou reconhecimento e consideração como a linguagem dos deficientes auditivos, sendo observado que, embora sejam considerados como uma comunidade minoritária, a língua de sinais tem sua expressão linguística e cultural, cada vez mais integrada a sociedade como um todo.

Pedagogicamente é possível afirmar que a língua de sinais em âmbito escolar é uma ferramenta indispensável para a educação do aluno surdo, e que a difusão da língua de sinais deve fazer parte do currículo do ensino fundamental, médio e superior, no sentido de democratizar o acesso ao conhecimento linguístico e permitir uma integração social melhor da pessoa com deficiência auditiva. O ensino sistemático, formalizado e o mais cedo possível da língua de sinais é muito importante para o desenvolvimento pessoal e social da criança.

É necessária também uma disposição da comunidade educacional, mas especialmente da equipe do corpo pedagógico, para analisar ou revisar seus próprios processos de coleta de decisões, bem como rever metodologias e aplicar novas práticas em sala de aula. Sem essa atitude compartilhada de investigação crítica, na qual é importante supor que todos os membros da comunidade educacional devem sentir-se protagonistas e participar para resolver suas discrepâncias do diálogo igualitário pouco pode ser alcançado. Sendo também é essencial entender que é um processo, que levará tempo e que, em boa parte, nunca termina porque é cíclico e sujeito a revisões e melhorias.

REFERÊNCIAS

BRASIL . MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. Decreto no. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf>.

BRASIL. MEC. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 79, p.23, 25 abr. 2002. Seção 1.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. A Educação dos Surdos.vol. II. Brasília, MEC/SEESP, 1997.

CARVALHO, Paulo Vaz. Breve história dos surdos no mundo e em Portugal. Lisboa: Surd'Universo. 2007.

CAZUMBÁ, Irzyane. Aspectos legais e suas implicações na educação dos surdos. Acesso em 10 jul 2019. Disponível em:<http://www.posunead.uneb.br/pluginfile.php/15403/mod_resource/content/0/Modulo%20II%20- aspectos%20legais%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20surdos.pdf

FERREIRA-BRITO, L. Integração social & surdez. Rio de Janeiro, Babel, 1993. Fundamentos em fonoaudiologia, vol. 1: Linguagem. Rio de Janeiro, Guanabara, 998.

FINAU, R. “Possíveis encontros entre cultura, surdez, ensino e linguística”. In: QUADROS, R.M. (org.). Estudos surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

QUADROS, R.M. de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. “Situando as diferenças implicadas na educação de Surdos: inclusão/exclusão”. In: Revista Ponto de Vista. nº 4. Florianópolis: UFSC, 2002/2003.

LOPES, Maura Corcini, “A natureza Educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos” In THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (orgs), A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

LYONS, John. Linguagem e linguística: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editor, 2001

MOURA, Maria Cecília. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOARES, Maria Aparecida leite. A Educação do Surdo no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STROBEI, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2 ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1934/1999.